

RESUMO

O presente trabalho visa à observação do papel estratégico da tributação no fomento e na integração do hidrogênio verde (H2V) na matriz energética brasileira, um tema de grande relevância frente à crise climática global. O Brasil, com sua matriz energética já predominantemente renovável, está em uma posição privilegiada para liderar a produção e exportação de H2V, o que pode fortalecer seu compromisso com a descarbonização e impulsionar o crescimento econômico. No entanto, a viabilidade do H2V é dificultada pelos altos custos de produção. Nesse contexto, a tributação emerge como uma ferramenta crucial, pois pode atuar como um instrumento de política ambiental. O problema, portanto, é compreender como os mecanismos de tributação podem desempenhar um papel significativo no processo de integração do hidrogênio verde na matriz energética do Brasil. Para responder a essa questão, a pesquisa partiu da hipótese de que a extrafiscalidade pode ser utilizada como um instrumento jurídico indutor da sustentabilidade. A extrafiscalidade, função do tributo que vai além da mera arrecadação, permite que o Estado estimule ou desestimele condutas e atividades econômicas, como a produção de energia limpa ou poluente. A pesquisa alcançou seus objetivos, confirmando que a tributação ambiental tem um forte potencial para promover a transição energética. As análises demonstraram que a política fiscal, por meio de ferramentas como isenções, reduções de alíquotas e diminuições de bases de cálculo, é essencial para desonerar a produção de H2V. O trabalho também analisou o Marco Legal do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (Lei nº 14.948/2024), que instituiu o Regime Especial de Incentivos para a Produção de H2V (Rehidro), e a Lei nº 14.990/2024, que criou o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC). Esses instrumentos concedem benefícios para mitigar os custos iniciais, criando um ambiente favorável para investimentos e inovação no setor. Concluiu-se que, apesar do avanço legislativo, a regulamentação detalhada desses incentivos é crucial para a segurança jurídica e para a efetivação dos projetos, posicionando o Brasil como um líder na transição energética global.

Palavras-chave: Hidrogênio Verde; tributação ambiental; extrafiscalidade; incentivos fiscais.